

**A MANIFESTAÇÃO DA ORALIDADE
NAS PRODUÇÕES ESCRITAS
DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Cleide Vilanova Hanisch (UFAC)

cruzeiro@gmx.de

Naiara de Souza Fernandes (UFAC)

naiaraleticia2@gmail.com

1. Considerações iniciais

Quando se trata de oralidade e escrita vem-nos à mente duas formas distintas da língua, que, a princípio, não podemos conceber uma relação entre elas. Isto porque durante toda a nossa vida ouvimos que a escrita dever ser correta, regular, formal, perfeita enfim, e a fala como lugar de informalidade, de erros, de flexibilidade excessiva. Visão persistente e difícil de ser modificada.

Contrapondo-se a esta visão, Marcuschi (2001) afirma que oralidade e escrita são duas ações possíveis para o uso da língua, que empregam o mesmo sistema linguístico, têm características próprias e não podem ser vistas como dicotômicas. Afirma, ainda, que uma e outra modalidade tem diversos graus de formalidade e, dependendo do gênero textual, podem-se encontrar diversas características comuns entre elas.

Nessa perspectiva, este trabalho tem como objetivo analisar as marcas de oralidade presentes em textos dissertativos, produzidos pelos alunos do 5º ano de uma escola de Ensino Fundamental, bem como, refletir sobre a importância da oralidade para o ensino de língua materna, uma vez que o texto escrito não é mais soberano (MARCUSCHI, 2007, p. 4).

Escolhemos esse gênero por acreditarmos que os alunos, nessa fase escolar, já sabem produzir um texto de acordo com suas especificidades, uma vez que é papel da escola ensinar-lhes essas especificidades.

Para tanto, lançamos mão de alguns estudiosos do assunto que nos proporcionaram um diálogo mais íntimo com a temática, permitindo compreender melhor as especificidades dessa modalidade, dentre eles, destacamos Marcuschi (2007), Fávero, Andrade e Aquino (2003), Koch (1987), PCN (1997).

Desse modo, podemos afirmar que as duas modalidades (oral e escrita) possuem diferenças, mas não deixam de ser essenciais, por se complementarem. Além disso, enfatizamos que utilizamos a linguagem oral em nosso cotidiano para nos comunicar, transmitir, obter informações e interagir com o meio social, por isso cabe à escola, ao ensiná-la, garantir aos alunos os saberes linguísticos necessários para o exercício da cidadania.

2. Fala e escrita: particularidades

A linguagem utilizada pelo homem apresenta duas modalidades: a escrita e a falada. Essas duas modalidades pertencem ao mesmo sistema linguístico: o sistema da língua portuguesa. No entanto, não coincidem, pois cada uma possui características próprias que as particularizam. O processo de criação do texto falado e escrito não é o mesmo, por isso, o resultado é diferente.

Sobre esse aspecto, Massini-Cagliari (2001, p.28) nos diz que, “embora consista em uma representação da fala, a escrita não é uma transcrição dela. Assim fala e escrita não coincidem, mesmo sendo modalidades da mesma língua, uma vez que cada uma tem as suas próprias regras de realização”.

Tanto a fala como a escrita são práticas sociais próprias da interação entre os seres humanos, e, por isso, têm mais semelhanças do que diferenças. Desta forma, constituem práticas e usos da língua.

A escrita é um ato posterior ao da fala, ou seja, primeiro falamos, depois escrevemos. Além disso, muitas pessoas que fazem uso da língua através da fala não sabem escrever. É importante observamos que a fala não apresenta propriedades negativas, nem tampouco a escrita tem propriedades privilegiadas, pois cada uma se revela em práticas sociais específicas. Sobre isso, Stubbs (*apud* MASCUSCHI, 2007, p. 35) afirma que,

A fala tem grande precedência sobre a escrita, mas do ponto de vista do prestígio social, a escrita é vista como mais prestigiosa que a fala. Não se trata, porém, de algum critério intrínseco nem de parâmetros linguísticos e sim de postura ideológica. Por outro lado, há culturas em que a fala é mais prestigiosa que a escrita.

Dessa forma, ressaltamos que nem a fala nem a escrita pode ser considerada superior a outra, pois são práticas importantes da língua, ca-

da uma com suas próprias características. A fala, por exemplo, possui características como repetição, gestos, movimentos do corpo e dos olhos, mímicas. Já a escrita possui características como: parágrafos, tamanho, tipo de letras, cores, formato, sinais de pontuação, entre outros elementos. Enfim, ambas possuem características próprias que permitem a construção de textos coesos e coerentes em diversos contextos sociais.

A fala é uma característica inerente ao ser humano, e não há outra forma capaz de substituí-la. Ela é nossa porta de entrada a nossa identidade social, grupal ou regional. Sendo de grande importância em nossa vida e nas relações sociais.

Já a escrita não se manifesta em nossa identidade individual ou grupal, ela é vista dentro do aspecto da padronização. Assim, a fala pode levar a estigmatização do indivíduo. Por isso, há práticas sociais destinadas preferencialmente à escrita, e outras são destinadas à oralidade. Apesar de cada uma ter características próprias, ambas caminham juntas, pois são duas práticas sociais e não duas propriedades de sociedades diversas.

Desse modo, percebemos que fala e escrita apresentam semelhanças e diferenças que ora as aproximam ora as distanciam. Elas se complementam. Por isso, não formam dois extremos, mas fazem parte de um *continuum* que abrange vários gêneros textuais do mais formal ao mais informal. A respeito disso, Koch (2009, p. 15) ressalta que,

Existem textos escritos que se situam, no contínuo, mais próximos ao polo da fala conversacional como, por exemplo, bilhetes, cartas familiares, textos de humor, ao passo que existem textos falados que mais se aproximam do polo da escrita formal (conferências, entrevistas profissionais para altos cargos administrativos e outros), existindo, ainda, tipos mistos, além de muitos outros intermediários.

Creemos, portanto que a oralidade e a escrita não constituem uma dicotomia do certo e errado que muitas vezes é ensinada na escola, ao contrário, concretizam-se por intermédio de textos que se podem considerar em um *continuum* tipológico das práticas sociais de produção textual, pois influenciam-se mutuamente e estão interligadas uma na outra, de tal modo que temos textos orais muito próximos da modalidade escrita e textos escritos que se aproximam da fala (MARCUSCHI, 2007).

Na verdade, fala e escrita fazem parte de um mesmo sistema linguístico, mas com peculiaridades e diferenças próprias. Portanto, o professor, no seu exercício diário, com os alunos, tem a obrigação de respeitar essas diferenças. Inclusive ele deve aproveitar a riqueza dessas dife-

renças, para desenvolver um trabalho exploratório e enriquecedor, utilizando-se dos conhecimentos que os alunos já possuem.

Desse modo, Marcuschi (2007, p. 42) considera que, embora haja um vasto elenco de diferenças possíveis de serem apontadas entre ambas as modalidades, a existência de textos que se situam na faixa do *continuum* é fato:

O contínuo dos gêneros textuais distingue e correlaciona os textos de cada modalidade (fala e escrita) quanto às estratégias de formulação que determinam o *contínuo das características* que produzem as variações das estruturas textuais-discursivas, seleções lexicais, estilo, grau de formalidade etc., que se dão no *contínuo das variações*, surgindo semelhanças e diferenças ao longo de *contínuos sobrepostos*.

Observamos, portanto que fala e escrita não se excluem, nem formam uma dicotomia. Escrita e oralidade são, portanto, práticas e usos da língua com características próprias.

Enfim, concluímos ao longo da discussão que a visão de que há uma dicotomia, entre a fala e a escrita é rebatida por linguistas como Marcuschi (2007), Fávero, Aquino, Andrade (2003), Koch, Elias (2009), entre outros. Esses linguistas há muito vem mostrando que a oralidade e a escrita se dão num *continuum* tipológico, ou seja, embora cada uma tenha suas especificidades, não existem diferenças essenciais entre elas, nem, muito menos, grandes oposições. Pensar que existe uma superioridade de alguma das duas modalidades é uma visão equivocada, embora exista a ideia de que a escrita é mais prestigiosa que a fala, isso ocorre devido a uma postura ideológica imposta pela sociedade ao longo dos anos, pois, ambas se destinam à comunicação entre as pessoas, em diferentes contextos sociais.

Desse modo, aos professores fica a responsabilidade de observar a língua falada como parceira da língua escrita, mostrando aos alunos que existe uma distinção entre elas, não podendo ser concebidas de forma separada, pois uma influencia a outra constantemente e vice-versa.

2.1. O ensino da língua oral

Sabemos que no Brasil a língua portuguesa apresenta variedades linguísticas. Há, pois um julgamento social sobre elas. As variedades de menor prestígio social são estigmatizadas e consideradas inferiores e erradas. Essa concepção ocasiona preconceitos em relação à fala. Nesse

contexto, cabe à escola conscientizar os alunos sobre as diferenças linguísticas, tendo em vista que não existe uma única forma de falar. Sobre isso os PCN (2000, p. 31) afirmam que,

A questão não é falar certo ou errado, mas saber qual a forma de fala utilizar, considerando as características do contexto de comunicação, ou seja, saber adequar o registro às diferentes situações comunicativas. É saber coordenar satisfatoriamente o que falar e como fazê-lo, considerando a quem e por que se diz determinada coisa.

Nessa perspectiva, percebemos que a questão não é de correção da forma, mas saber qual forma de fala utilizar nas mais diversas situações comunicativas, considerando a intenção comunicativa, o contexto e os interlocutores a quem o texto se dirige.

Para tanto, é necessário que a escola ofereça ao aluno condições para que ele possa desenvolver cada vez mais sua autonomia e participação social como usuário da língua oral. Sendo assim, é possível compreender que uma escola compromissada deve tomar para si, a responsabilidade de garantir aos alunos, os saberes linguísticos, necessários para o exercício pleno da cidadania, uma vez que o domínio da língua oral e escrita é fundamental para que isso ocorra.

Considerando o exposto acima, observamos que normalmente o uso da oralidade em *público* não é ensinado. É como se todas as pessoas por si só já soubessem falar a língua naturalmente sem medo, em qualquer situação. Não é verdade. Quantas vezes nos surpreendemos em uma reunião mais formal, tendo o que dizer, querendo dizer e ao iniciarmos nossa fala percebemos que não conseguimos expor adequadamente as nossas ideias e opiniões.

Deste modo, à medida que somos expostos a inúmeras e diferentes situações comunicativas, podemos avaliar, adequar e acertar nossa fala. Assim, vamos familiarizando nossa fala em público demonstrando segurança e autonomia. A esse respeito os PCN (1997, p. 38) esclarecem que,

Expressar-se oralmente é algo que requer confiança em si mesmo. E isso se conquista em ambientes favoráveis à manipulação do que se pensa, do que se sente, do que se é. Assim, o desenvolvimento da capacidade de expressão oral do aluno depende consideravelmente de a escola constituir-se num ambiente que respeite e acolha a vez e a voz, a diferença e a diversidade. Mas, sobretudo, depende de a escola ensinar-lhe os usos da língua adequados a diferentes situações comunicativas.

Para que isso ocorra, cabe ao professor planejar e propiciar situações didáticas em que os alunos aprendam os usos formais da língua oral

em diferentes variedades e registros, de acordo com as intenções comunicativas, os interlocutores e grau de formalidade que eles exigem. Além de considerar as experiências linguísticas que os alunos trazem consigo, não excluindo o seu conhecimento, mas procurando adequá-lo às diversas situações e necessidades de sua vida diária para que possam fazer uso da língua oral com eficácia, expressando-se em seu cotidiano. Assim, a aprendizagem de procedimentos eficazes tanto de fala como de escuta, em contextos formais, dificilmente ocorrerá se a escola não tomar para si a tarefa de promovê-la.

Nesse sentido, ressaltamos a importância de a escola propiciar situações que possibilitem o ensino da língua oral formal de acordo com o contexto em que os interlocutores estão inseridos. Isto significa propor atividades sistemáticas de fala, escuta e reflexão sobre a língua para que os alunos possam vivenciar situações comunicativas diferentes daquelas em que estão acostumados a utilizá-la.

Assim, o conhecimento da língua é fundamental para a qualidade de vida das pessoas, pois quanto mais sabemos, nos tornamos mais capazes de interpretarmos a realidade e de exercemos plenamente nossa cidadania.

3. *Análise e discussão dos dados*

Em nosso trabalho, partimos do pressuposto de que a língua apresenta duas modalidades: fala e escrita, cada uma possui características próprias, o que por sua vez as diferenciam. Acreditamos que a fala influencia mais a escrita do que vice-versa, por ser mais frequente no dia-a-dia dos alunos e das pessoas de um modo geral.

Para a realização deste trabalho, procuramos abordar alguns elementos que mostram o uso das marcas da oralidade nas produções dissertativas dos alunos do 5º ano de uma escola de Ensino Fundamental. Para isso, utilizaremos tabelas, elaboradas por nós para facilitar a visualização das ocorrências, bem como as conclusões da análise.

Vejamos os elementos encontrados por nós durante a análise:

3.1. Expressões coloquiais

São inúmeras as expressões coloquiais utilizadas no dia-a-dia e, portanto, os alunos sentem necessidade e curiosidade de se expressarem

fazendo uso de diversas expressões. Estas expressões se adaptam às mudanças sociais de um determinado grupo, pois carregam não somente fatores linguísticos, mas também aspectos culturais.

Vale ressaltar uma característica importante das expressões coloquiais, a impossibilidade de traduzi-las de uma língua para outra, pois inferem cultura em seu significado. Em sumo, a expressão coloquial é a língua normal sem as regras da forma culta. É a forma popular de falar.

Por exemplo:

- Atirar o barro à parede – experimentar fazer ou dizer qualquer coisa para ver se a reação é favorável.
- Engolir sapos – ter de admitir ou aceitar alguma coisa que vai contra os nossos princípios.
- Dar um tiro no pé – fazer ou dizer qualquer coisa que vai contra nós.
- Enfiar os pés pelas mãos- atrapalhar-se na execução de uma tarefa, de uma atividade qualquer.

Constatamos em nossa análise as seguintes ocorrências:

Textos	Ocorrências	Linhas
01	valeu apenas	12
08	quase todo mundo	01
09	tanto faz	01
09	tem gente	02
10	outras coisas a mais	05
12	arregando	07
12	pucha arregna	09
15	graças a Deus	08
15	agente	09
15	isso tudo eu agradeço primeiramente a Deus	12,13
15	eu tenho fé em Deus	15
16	num sei quantos	03
16	sabe lá o que acontece	09
16	Deus me livre	11
16	pura aí	12
18	a gente	03
18	a gente	09
21	as pessoas briga por qualquer coisa	13,14
21	Fé em Deus	20

3.2. Repetições

Essa estratégia é própria da oralidade, usada sempre que o falante quer dar ênfase ao que está sendo dito, funcionando também como uma espécie de “apoio conversacional”, pois enquanto repete, obtém um tempo maior para a estruturação do pensamento.

Segundo Koch, Elias (2009, p. 22) “no texto falado, a repetição ocorre com extrema frequência, podendo ser considerada um dos mecanismos organizadores desta modalidade textual; [...]”

Marcuschi (2007, p. 6), tratando deste assunto, define a repetição dizendo ser ela a "produção de segmentos discursivos idênticos ou semelhantes duas ou mais vezes no âmbito do um mesmo evento comunicativo", não importando aí o tamanho do segmento repetido ou se o que se repete é o mesmo conteúdo, a mesma forma ou ambos.

Em síntese, a repetição nada mais é do que a ocorrência intencional, com ou sem variações, de unidades linguísticas formais, ou semânticas, num determinado contexto.

A fim de confirmar a presença dessa marca de oralidade nos textos analisados, selecionamos as seguintes ocorrências:

Textos	Ocorrências	Linhas
01	Muito bem	06
01	penaltis	10
02	estava	03
02	ele	08
02	ele	10
03	esporte	03
03	esporte	04
03	jogam	05
03	jogam	06
03	capueira	07
03	esporte	09
03	muito	10
03	tem	13
04	goleiro	03
04	e	04
04	comesa	05
04	chulé	06
06	homem	04
08	eu	04
08	eu	05
08	também	07
08	foi	08

08	eu acho	15
09	brasil	11
10	vole	01
10	esporte	01
10	vole	03
10	futebol	14
10	e	13
11	esporte	01
11	futebol	02
13	futebol	02
13	futebol	03
13	time	03
13	futebol	06
13	futebol	07
13	time	08
13	no futebol	25
14	esporte	02

3.3. Marcadores conversacionais

São elementos que ajudam a dar coesão e coerência ao texto falado, auxiliando e revelando suas condições de produção, articulando, ao mesmo tempo, suas unidades cognitivo-afirmativas e seus interlocutores, ou seja, segundo Urbano (2003, p. 98) “são elementos que amarram o texto não só enquanto estrutura verbal cognitiva, mas também enquanto estrutura de interação interpessoal”.

A maioria desses marcadores não apresenta nenhuma importância para o entendimento do texto, mas às vezes expressões como eu acho que, eu tenho a impressão, não contribuem efetivamente para o desenvolvimento assunto, mas tem como função revelar um ponto de vista do falante ou testar o grau de atenção do ouvinte, ou seja, ajudam a construir e dar coesão e coerência ao texto oral.

Os marcadores conversacionais são aquelas palavrinhas, expressões, e frases chatinhas e repetitivas muitas vezes, que a gente escuta a toda hora por aí, na linguagem informal, sobretudo e principalmente no discurso oral, e que estão impregnados na comunicação dos jovens e adolescentes.

Constatamos em nossa análise as seguintes ocorrências:

Textos	Ocorrências	Linhas
09	agora	12
10	não é	02

10	não é	09
12	então	12
15	Pelo o que eu sei	04,05
16	ai	15
16	né	16

3.4. Discurso direto

Neste tipo de discurso as personagens ganham voz. É o que ocorre normalmente em diálogos. Isso permite que traços da fala e da personalidade das personagens sejam destacados e expostos no texto. O discurso direto reproduz fielmente as falas das personagens.

Platão & Fiorin (2006, p. 48) afirmam que,

Discurso direto é uma espécie de teatralização da fala dos outros. Por isso, produz um efeito de sentido de verdade. O leitor ou o ouvinte tem a impressão de que quem cita preservou a integridade do discurso citado e de que, portanto, é autêntico o que ele reproduziu. É como se ouvisse a pessoa citada falar com suas próprias palavras e com a mesma carga de subjetividade.

O discurso direto é considerado mais "natural". O narrador, para introduzi-lo na narrativa precisa utilizar se dos chamados verbos *dicendi* ou declarativos, que introduzem as falas das personagens. Os verbos mais frequentes são: falar, dizer, observar, retrucar, responder, replicar, exclamar, aconselhar, gritar. Antes das falas das personagens aparece, com frequência, o uso de dois pontos e travessão. Há autores, no entanto, que preferem, em vez do travessão, colocar entre aspas as falas das personagens.

Travessões, dois pontos, aspas e exclamações são muito comuns durante a reprodução das falas.

Ex.: “*O Guaxinim está inquieto, mexe dum lado pra outro. Eis que suspira lá na língua dele – Chente! que vida dura esta de guaxinim do banhado!...*”

A fim de confirmar a presença dessa marca de oralidade nos textos analisados, selecionamos as seguintes ocorrências:

Texto	Ocorrências	Linha
05	dize	07
09	o Brasil falou que não foi dessa vez	10,11
21	vá	18

Ao ler e analisar os textos é possível evidenciar que as crianças u-

utilizam com maior frequência marcas próprias da oralidade nos textos escritos, sobretudo, no texto dissertativo, o qual devido sua natureza não permite o uso de tal recurso. Observamos que os alunos do 5º ano produzem frases que não correspondem à norma padrão da língua escrita.

Fazem uso com maior frequência da repetição (68 ocorrências), pois para eles, é muito natural repetir várias vezes uma palavra, ou seja, escrevem como falam. Além disso, o fato de o aluno fazer uso dessa estratégia para produzir um texto escrito mostra que sua intenção foi a de realmente preencher o espaço do texto, uma vez que lhe tenham faltado argumentos sobre o assunto abordado.

Essa constatação aponta-nos outro dado, a falta do hábito da leitura, pois se o aluno não tiver experiência da leitura de textos escritos, suas escrituras serão nada mais do que uma transcrição da fala, modalidade que conhece muito bem.

Sobre isso, Massini-Cagliari (2001, p. 34) nos fala que,

Para que o aluno progrida em suas produções escritas e realmente chegue à compreensão dos diferentes usos e naturezas da fala e escrita, é necessário que a produção de textos não aconteça desvinculada da leitura, pois é principalmente por intermédio dela que o aluno vai adquirir experiência com a modalidade escrita, a partir da qual poderá fazer reflexões, assim como faz em relação à sua própria fala.

Foram identificadas, ainda, expressões coloquiais (19 ocorrências), a presença dessas palavras ou expressões coloquiais nos textos revela que os alunos, diante da tarefa de escrever, usam os recursos da língua oral, uma vez que lhes são bem familiares, conhecidos e que dominam muito bem. Observamos também o uso do discurso direto (três ocorrências) incorporado à escrita sem os traços que lhe são característicos.

Constatamos que algumas ocorrências da fala foram usadas com maior frequência, como por exemplo, *a gente*; *fé em Deus* – expressão coloquial; *não é* – marcador conversacional; as repetições: *ele*, *jogam*, *esporte*, *eu*, *futebol*, *menino*, etc. Vale acrescentar que a marca da oralidade mais recorrente nos textos analisados corresponde a repetição. Já algumas marcas foram menos frequentes como é o caso da gíria, e do discurso direto, o que significa dizer que algumas marcas da fala, principalmente aquelas mais próximas da língua culta, ou de um grupo específico como é o caso da gíria, acabam desaparecendo no decorrer das produções textuais dos alunos.

Verificamos o uso de certos marcadores conversacionais (sete o-

corrências), que constituem um elemento na articulação de textos, encaixando-os de modo coeso e, ao mesmo tempo desempenham função interacional qualquer na fala. Os alunos apoiam-se em tais elementos para construir seu texto, uma vez que fazem parte de seu repertório linguístico, embora sejam elementos próprios do texto falado.

É oportuno dizer que a noção de língua adotada é fundamental no processo de ensino-aprendizagem, pois “as diferenças entre fala e escrita podem ser frutiferamente vistas e analisadas na perspectiva do uso e não do sistema (...) levando em consideração não o código, mas os usos do código” (MARCUSCHI, 2007, p. 43). Assim, ao invés de conferir ao diferente o estigma de “erro”, o professor deve suprir as necessidades dos alunos, de forma a desenvolver as suas potencialidades linguísticas.

É necessário acrescentar, ainda, que não é possível produzir um texto em uma modalidade que não se conhece. Cabe, portanto, à escola trabalhar com os alunos os diferentes níveis (do mais coloquial ao mais formal) das duas modalidades da língua, além de conscientizá-los que cada uma possui suas próprias características, embora pertençam ao mesmo sistema linguístico. Por fim, ressaltamos que o ensino da oralidade não pode ser visto isoladamente, isto é, sem relação com a escrita, pois elas mantêm entre si relações mútuas e intercambiáveis.

4. Considerações finais

Por meio da nossa pesquisa, foi possível compreendermos melhor a língua oral e escrita, suas semelhanças e diferenças em suas diversas manifestações. Nos dias atuais, as práticas de leitura e escrita se tornaram indispensáveis em nossas vidas, desde cedo elas devem ser inseridas em nossas práticas e em diversos contextos sociais. Assim sendo, esse estudo se torna de grande relevância, pois nos permitiu analisar e compreender as características de cada uma, bem como as relações existentes entre elas.

A oralidade é uma modalidade usada a todo o momento pelo ser humano, seja ele um cidadão escolarizado ou não. Já a escrita, por ser mais complexa, segundo gramáticos, linguistas e os próprios alunos que produziram os textos solicitados, não se torna um ato constante pelo homem.

Nessa perspectiva, constatamos que os alunos que participaram da

pesquisa recorreram a certos recursos orais na escrita, ora na tentativa de persuadir o leitor, ora por não “encontrarem”, no momento da produção, um termo mais apropriado, ora por não saberem distinguir as especificidades da fala e da escrita, não conseguem diferenciá-las, talvez seja porque, ainda, não foram apresentadas a eles as características próprias de cada uma dessas duas modalidades.

Em suma, na língua oral são muitas as informações que não precisam aparecer sob a forma de palavras. O contexto e os dados que falante e ouvinte conhecem um do outro permitem a seleção das informações que são subentendidas.

Cabe, portanto, à escola proporcionar ao aluno a descoberta do caminho que o leve a reconhecer as diferentes características entre as duas modalidades e a utilizá-las adequadamente de acordo com a situação comunicativa. Este é o ponto importante, talvez imprescindível, para que se enxergue a modalidade oral e a modalidade escrita como complementares, e importante fator para que, cada vez mais se mude a visão distorcida de maior importância de uma modalidade em relação à outra.

Esperamos que os dados deste artigo possam enriquecer as discussões sobre a oralidade e a escrita vivenciadas no cotidiano escolar, reconhecendo essas duas modalidades de ensino como fatores importantes na formação de leitores críticos e criativos. Para tanto, a escola deve proporcionar aos alunos um ambiente rico, utilizando vários tipos de textos que circulam socialmente, formando um novo público leitor que possa entender a sociedade em que vive, e que seja capaz de transformá-la.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, *Parâmetros curriculares nacionais – terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa*. Brasília, Secretaria de Educação Fundamental / MEC, 1997.

FAVERO, L. L.; ANDRADE, M^a. L. C.V.O.; AQUINO, Z. G. O. *Oralidade e escrita: perspectiva para o ensino de língua materna*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M^a. *Ler e escrever: estratégias de produção textual*. São Paulo: Contexto, 2009.

MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita: atividades de retextualiza-*

ção. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MASSINI, Gladis. *O texto na alfabetização: coesão e coerência*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

PLATÃO & FIORIN. *Lições de textos: leitura e redação*. 5. ed. São Paulo: Ática, 2006.

URBANO, H. Marcadores conversacionais. In: PRETI, D. et al. (Orgs.) *Análise de textos orais*. 6. ed. São Paulo: Humanitas, 2003, V. 1.